

HUGO ABREU E AFONSO DE ALBUQUERQUE LIMA: A MUDANÇA QUIXOTESCA DA LINHA DURA PARA O CENTRO*

DANIEL ZIRKER**

RESUMO: Meu ensaio examina a trajetória de dois oficiais militares nacionalistas autoritários (*Linha dura*) ao longo da ditadura, Afonso de Albuquerque Lima e General Hugo de Andrade Abreu, que rapidamente e quixotesicamente passaram de políticos raivosamente autoritários à ardorosos defensores da proteção dos direitos humanos. Meu argumento central é que o nacionalismo da época (1964-1985) implicava na resistência implícita à dominação econômica e ideológica dos EUA, e que esta dominação incluía o encorajamento por parte dos EUA da adoção de uma economia aberta à exploração estrangeira, bem como incentivava implicitamente a violação dos direitos humanos em apoio ao anti-comunismo. Defendo que o nacionalismo desses oficiais nacionalistas autoritários superou suas tendências autoritárias, tanto assim que, em última instância, eles rejeitaram práticas autoritárias por entenderem que estas não representavam os interesses da nação brasileira, o que lança luzes sobre a natureza do nacionalismo no Brasil nos anos 1960, 1970 e 1980.

PALAVRAS CHAVE: Militares, autoritarismo, nacionalismo, Brasil pós 1964, Hugo Abreu, Albuquerque Lima

ABSTRACT: My essay examines two authoritarian nationalist (*linha dura*) officers during the dictatorship, Afonso de Albuquerque Lima and General Hugo de Andrade Abreu, who rapidly and quixotically moved from highly authoritarian political positions to become advocates of the protection of human rights. My central argument is that the nationalism of that era (1964-1985) implied resistance to economic and ideological

* Versão para o português de Suzeley Kalil Mathias

** BA, MA University of Montana, PhD University of Alberta. Professor da University of Waikato, Hamilton, New Zealand.

domination by the United States, and that this domination included tacit US encouragement of an economy open to foreign exploitation, and tacit encouragement of the violation of human rights in support of anti-communism (and rejection of nationalism, which was not in the interests of the US). I argue that the *nationalism* of these authoritarian nationalist officers overcame their authoritarian tendencies, so much so that they ultimately rejected authoritarian practices as not in the interests of the nation of Brazil. This appears to shed light on the nature of nationalism in Brazil in the 1960s, 1970s and 1980s.

KEY WORDS: Military, authoritarianism, nationalism, Brazil after 1964, Hugo Abreu, Albuquerque Lima

A coesão nacional é um fator inseparável da liderança, as maiorias e minorias nacionais se perderão nos desvãos sectários da polêmica estéril e a nação se desencontrará de seu destino. Sem liderança não haverá objetivo, não haverá convergência, não poderá haver força, potência.

General Carlos de Meira Mattos (1975: 102)

Pouco se sabia das facções no interior do governo militar brasileiro na década seguinte ao golpe de 1964. A despeito da importância da definição de “Segurança Nacional”, redigida anualmente pela Escola Superior de Guerra (ESG), para a construção dos parâmetros de identidade e políticas do regime (Coelho, 1976; Miguel, 2002: 40), era perceptível a rápida mudança entre facções no interior de todo o corpo de oficiais superiores. Várias fontes apontam para um abismo fundamental entre duas grandes categorias: o mais homogêneo “Linha branda”, ou linha moderada/internacionalista,¹ por vezes nomeado como Grupo da Sorbonne ou castelistas, apresentado na sequência da nomeação de Humberto Castelo Branco como o primeiro presidente militar após o golpe de 31 de março de 1964;

1 João Roberto Martins Filho observa que é um engano identificar esses “castelistas” como “moderados”. Eram, sim, pragmáticos e, portanto, dispostos a dobrarem-se às concepções dominantes (Martins Filho, 2004: 129).

e a categoria altamente heterogênea “Linha dura”, ou oficiais militares de *linha dura* (entre muitos exemplos dessa distinção: Koonings, 2010: 9; Stepan, 1971; Castro, 2002: 94)². Mais uma vez, houve inúmeras variações políticas entre estes dois grupos, muitas vezes, aparentemente, dependendo da evolução política pessoal de altos oficiais militares, ou as suas ambições políticas pessoais.

O primeiro presidente militar após o golpe de 31 de março de 1964, General Castelo Branco, e seu importante conselheiro, o general Golbery do Couto e Silva, foram associados com o primeiro,³ como foi, tardiamente, o general Ernesto Geisel, presidente entre 1974 e 1979. Eles tenderam a manifestar uma ênfase “internacionalista” mais forte, promovendo boas relações econômicas e políticas com os Estados Unidos e, permanecendo relativamente “moderado” em relação ao uso da tortura e seus instrumentos, como os “desaparecimentos”. Já generais como Olímpio Mourão Filho, Sílvio Frota, Arthur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici, entre outros, foram associados com a “*Linha Dura*”, embora Carlos Fico e outros enfatizem que esta foi, no mínimo, uma simplificação grosseira (Fico, 2004: 34; Martins Filho, 2002)⁴. Este grupo foi identificado como nacionalista

2 Celso Castro assim descreveu tal divisão: “... De um lado, havia aqueles que pediam medidas mais radicais contra a ‘subversão’, e que apoiou um mandato de mais militares no poder. Por outro lado, havia os oficiais que seguiam a tradição histórica das intervenções de moderação e defenderam um regresso rápido às condições políticas e judiciais ‘normais’ (...) O primeiro, tomado como mais radical, veio a ser conhecido como a linha-dura e gravitavam em torno do Ministro do Exército, General Costa e Silva. O outro grupo, mais moderado reuniu-se em torno de Presidente Castelo Branco e incluía funcionários que ocupavam cargos importantes no governo, como Ernesto Geisel, Osvaldo Cordeiro de Farias e Golbery do Couto e Silva”(Castro, 2002: 94).

3 Dulles observou em seu livro de 1970, que o “Grupo da Sorbonne, a força mais politizados no serviço militar, trabalhou para a sua estrela, Castelo Branco” (Dulles, 1970: 345).

4 Fico observa a este respeito que muitos oficiais militares na década de 1960 aderiram a uma “utopia autoritária”, e que “tal crença empolgava de maneira diferente os diversos grupos militares, sendo também uma simplificação forjada pelas primeiras e mais apressadas leituras do fenômeno, uma dicotomia ‘Linha dura’ contra ‘moderados’ (ou castelistas)” (FICO, 2004: 34). Martins Filho argumenta que “... É possível encontrar a lógica da dinâmica interna da ditadura nos dois processos permanentes da crise, visíveis do começo ao fim do regime militar (...) [Na] disputa natural pelo poder no seio da alta hierarquia em torno das sucessões presidenciais, que no Brasil foram mantidas regularmente (...) [e

autoritário (ver: Roett, 1972: 154; Flynn, 1979: 376-377; entre muitos outros).

Costa e Silva e Médici, foram identificados, talvez sem muita precisão, como representantes da *linha dura*, e presidiram o país em períodos consecutivos entre 1967 e 1973, o que inclui 1968-1969, no qual aconteceu o *golpe branco*, quando o infame Ato Institucional 5 (AI-5) foi promulgado, fechando o Congresso e acabando com a mínima influência que a política representativa tinha sobre o governo após o golpe de 1964. No entanto, é um erro considerar que os supostos líderes das duas facções na época, os generais Castelo Branco e Costa e Silva, tenham sido ativos representantes golpistas. Como um dos principais executivos que comandaram unidades na derrubada de João Goulart, o vice-almirante Augusto Rademaker Gruenwald, sustentou, em 1965, em uma entrevista pessoal a John W. F. Dulles, que Castelo Branco e Costa e Silva “não tiveram qualquer papel na Revolução” (Dulles, 1978: 390). A luta entre facções militares e, principalmente, entre essas duas facções polares, levou Juan Linz a “sugerir que o caso brasileiro representa[va] uma *situação* autoritária ao invés de um *regime* autoritário” (Linz, 1973: 235, ênfase no original).

A *linha dura*, amplamente descrita como *nacionalistas autoritários*, tendiam a manifestar uma postura anti-comunista extrema, uma xenofobia radical, e um forte apoio, pelo menos inicialmente, às violações dos direitos humanos (tortura, execuções e desaparecimentos). Eles também demonstraram um elemento *nacionalista* primário, que os distinguia ainda mais do “internacionalista” *grupo da Sorbonne*. No entanto, é importante notar que a chamada *linha dura* foi extremamente heterogênea, como posteriormente observou Ernesto Geisel em entrevista:

A linha dura em si era radical, mas não era homogênea. Uns eram mais, outros menos. Não havia uma chefia propriamente da linha dura. Quem corporificava a chefia, embora não a exercesse efetivamente, era Costa e Silva. A linha dura não foi organizada pelo Costa e Silva, mas se formou em torno dele....Queriam acabar, extirpar, do país a corrupção e a subversão. Iss é utopia (D'Araujo e Castro, 1997: 182).

como] tensões oriundas da percepção comum aos setores mais militantes da oficialidade, segundo os quais o regime militar era um dos [possíveis] regimes militares “(2004: 126).

O General Golbery do Couto e Silva, como o principal ideólogo dos *castelistas*, ou *grupo da Sorbonne*, e um dos primeiros diretores da da Escola Superior de Guerra (ESG)⁵, defendia o fortalecimento dos laços com os Estados Unidos, o que representava uma porta aberta para os investidores internacionais, e o livre comércio, como soluções ao populismo e à “maré rosa” que tanto atormentava os militares brasileiros em 1964. É particularmente digno de nota que a maioria dos relatos da oposição militar era refratária a identificá-lo como pertencente ao grupo “*linha-dura*”.

Oficiais da *linha dura* foram muitas vezes caracterizados como intelectualmente superficiais e agressivos, comandados primeiramente pela emoção, ao invés de pela estrutura intelectual. Como mencionado acima, suas primeiras características identificadoras eram o uso de táticas autoritárias desenfreadas e uma preferência por políticas nacionalistas (e não internacionalistas) tanto no campo econômico quanto na segurança. Eles eram “nacionalistas autoritários”. Seus líderes, incluindo Sylvio Frota, não eram geralmente consideradas como particularmente inteligentes.⁶ No entanto, pelo menos duas exceções foram notadas: o general Afonso de Albuquerque Lima e o general Hugo Abreu, identificados como *linha dura*, foram oficiais responsáveis por defender e cometer crimes de direitos humanos; entretanto, mais tarde tornaram-se nacionalistas dos mais estridentes e, surpreendentemente, grandes defensores da proteção dos direitos humanos no Brasil.

No início dos anos 1980, muitos observadores norte-americanos e europeus lutaram para compreender a dinâmica

5 Criada em 1949, a ESG reuniu civis proeminentes e oficiais militares em currículos estruturados, e foi ostensivamente modelada pelo norte-americano National War College do imediato pós-guerra. Começando a funcionar na década de 1950, expôs os membros selecionados da elite brasileira à uma “ciência social” traduzida pela formação da ESG, que racionalizou a partilha de interesses da elite, os benefícios para um grupo seletivo de desenvolvimento dependente, e a preservação do status quo sócio-econômico, um modelo de desenvolvimento que ofereceu benefícios econômicos limitados para a maioria dos brasileiros.

6 Conforme Ernesto Geisel mais tarde colocou em extensa entrevista, Frota “...era um homem modesto que se cercou de alguns auxiliares muito mais inteligentes do que ele, que procuraram se aproveitar dele” D’Araujo and Castro, 1997: 363).

ideológica da ditadura militar no Brasil (por exemplo, Markoff e Baretta, 1985; Baco, 1985; Preto, 1980; Druckman e Vaurio, 1983; Sarles, 1982). Tanto nesta época como mais tarde, o Brasil foi visto como um “modelo” de internacionalismo nos âmbitos político e sócio-econômico na América Latina, como um não muito positivo modelo de “autoritarismo burocrático” (O’Donnell, 1973). Prova disso foi o colapso virtual da base política dos militares após 1985. A civilização não seria uma mera “cirurgia estética”, para usar a frase de um observador (Furtado, 1984: 604). Em 1988, Stepan argumentou que os militares podem ter deixado o poder principalmente por razões egoístas: a fim de reforçar seu orçamento, um movimento que tinha sido negado durante seu domínio político por causa de sua escassez de legitimidade (Stepan, 1988). Em qualquer caso, a política militar interna ao meio castrense durante a ditadura teve grande significado *nacionalista*, e o nacionalismo estava na vanguarda dos *slogans* militares (por exemplo, “Pra Frente, Brasil!”; “Ninguém mais vai segurar este país”, etc.).

De fato, o governo dos militares no Brasil foi repleto de ambições políticas concorrentes e marcado por facções e, apesar de opiniões divergentes sobre programas e políticas, um alto nível de consistência foi mantido em questões políticas fundamentais, o mais significativo das quais era o modelo “internacionalizado” dependente de desenvolvimento econômico que o governo abertamente, e sem pedir desculpas a ninguém, perseguiu. Este sistema beneficiou claramente o capital internacional em detrimento do capital nacional, contou com a acumulação de uma enorme dívida internacional e despesas significativas na manutenção da unidade militar. Membros do oficialato superior repetiram explosões “brandas” de atividade anti-governo, de competição semi-pública sobre a escolha dos sucessores presidenciais e desacordo aberto sobre os resultados das políticas nacionais de desenvolvimento. Em muitos desses casos, a questão central envolvia, em diferentes perspectivas, nacionalismo autoritário *versus* internacionalismo econômico e político. No mínimo, o “cartão”, nacionalista definido pelas realidades históricas e políticas da época, tendia a ser jogado quando oficiais

superiores discordaram das políticas do regime.

Em suma, essa visão de mundo na América Latina na época foi definida pelo domínio dos Estados Unidos na região, e da vontade dos decisores políticos norte-americanos em apoiar as violações dos direitos humanos na luta contra o comunismo. Ademais, o estabelecimento militar brasileiro, tendo observado em 1959, Che Guevara promover julgamentos e execuções sumários de altos oficiais militares cubanos, estava compreensivelmente firme em sua resistência contra a esquerda brasileira, até mesmo o mais autoritário entre eles também poderiam ver o poder de desenvolvimento do nacionalismo que o esquerda havia desfraldado.

Trabalhos sobre autoritarismo (Linz, 1970) e sobre autoritarismo burocrático (O'Donnell, 1973; 1979; Collier, 1979), examinaram a interação de autoritarismo e nacionalismo, embora tenham ignorado a dependência e domínio político e econômico dos Estados Unidos durante aquela época. A formação “interna” do *nacionalismo autoritário* surgiu dentro da oficialidade enfatizado cada vez mais o componente *nacionalista*, definindo-o histórica e regionalmente para incluir certa resistência à dominação econômica e política dos EUA. Em contrapartida, os EUA dava apoio tácito às violações dos direitos humanos na luta contra a esquerda. Nem sempre foi esta a postura para estabelecimentos militares de outros países latino-americanos, naquele mesmo momento. Chile, Argentina e Uruguai, por exemplo, foram aparentemente dominados por internacionalistas no topo da sua hierarquia e, enquanto eles se engajaram nos mais extremos níveis de violações dos direitos humanos e cooperação mútua (incluindo o Brasil) na Operação Condor, o nacionalismo deles nem sempre significava resistência por parte dos EUA.

DUAS LINHAS?

Da mesma forma que a imagem de uma comunhão estável e coesa entre os oficiais das Forças Armadas brasileiras é imprecisa, igualmente problemático é assumir que as duas principais linhas

de pensamento entre os oficiais militares eram muito diferentes, que formavam blocos homogêneos, especialmente entre 1964-1985. É importante esclarecer que os oficiais superiores associados à linha “internacionalista”, cuja ideologia fora difundida pela Escola Superior de Guerra (ESG), conhecida como a “Sorbonne brasileira”, uma instituição de formação hegemônica e principalmente militar (Stepan, 1971 ; 1973; Schmitter, 1971; Schneider, 1971), foi capaz de purgar os oficiais militares que estavam em desacordo aberto com seus preceitos fundamentais, ideológicos e táticos, anti-comunistas e desenvolvimentistas (Miguel, 2002: 53); uma gama de ativistas *nacionalistas autoritários* (Stepan, 1971), por outro lado, foi aglomerada em um único grupo chamado como a *linha dura*, o que, de acordo com Chirio (2010, 36)⁷, não representava uma descrição de um grupo, mas em vez disso, inicialmente, pelo menos, “apenas uma maneira de expressar certa oposição ao governo de Castelo Branco”. Para Chirio, a maioria destes oficiais eram, desde o início, pertencentes aos escalões mais baixos do pessoal militar: eram majores, tenentes-coronéis e coronéis (2010: 38). Não é totalmente certo que todos os golpistas estivessem agrupados em dois campos separados desde a origem. Chirio atribui isso ao jornalista Carlos Castello Branco, que os separara em agosto de 1964 (2010: 35):

Em setembro de 1964, um relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) fez da “chamada linha dura” um dos três grupos de “opponentes revolucionários ao governo. Num Segundo momento, pelos próprios oficiais contestadores, à direita, do governo Castelo Branco, em um manifesto distribuído para a Câmara em abril de 1965, Segundo o qual “a linha dura, guardiã da Revolução, transmite a todos os seus membros, civis e militares, a diretiva que deve orientar a ação comum, no sentido de salvaguardar os ideais revolucionários” (Chirio, 2010: 35-36).

Portanto, esta dualidade foi, até certo ponto, enganosa. Talvez ainda mais enganosa, no entanto, tenha sido a

7 Chirio notou que “...Alfred Stepan, cujo trabalho influenciou muito as pesquisas posteriores, se interessa exclusivamente pelos generais ‘castelistas’ e remete à imagem de ‘nacionalistas autoritários’ que se opõe a eles em todos os pontos” (Chirio, 2010: 36).

tendência de enfatizar o *autoritarismo* de tais agentes sobre o seu fervor *nacionalista*. Praticamente todos os golpistas estavam comprometidos com soluções autoritárias, e enquanto a *linha dura* enfatizava a necessidade de repressão brutal de seus adversários, normalmente rotulando-os como “comunistas”, eram também ligados uns aos outros pela sua preferência por soluções *nacionais* de desenvolvimento, em vez de investimento internacional, como uma resposta primária ao subdesenvolvimento.

Uma variedade de razões explica o sucesso da facção internacionalista/pro-ESG em tomar o poder imediatamente após o golpe de 1964: a influência dos EUA sobre uma relativamente pequena e concentrada elite civil e militar, com base em laços pessoais e experiências da FEB na Segunda Guerra Mundial (Schneider, 1971: 250); ofertas de apoio direto dos Estados Unidos consubstanciadas nas palavras do Adido Militar general Vernon Walters, um amigo próximo do general Castelo Branco (novamente, a FEB); grandes laços econômicos com empresas norte-americanas e, conseqüentemente, a não utilizada, ainda que disponível “Operação Brother Sam” (Black, 1977: xi). Entretanto, apesar de muitos autores, como Eliezer Rizzo de Oliveira, Alfred Stepan, Thomas Skidmore e outros, identificaram duas linhas distintas de pensamento no interior das forças armadas, os oficiais da ESG e os da *linha dura*, Miguel adverte que:

As diferenças existentes eram mais de ênfase e de matriz. O credo comum no perigo comunista, nas soluções autoritárias, no desenvolvimento econômico fomentado pelo Estado e no futuro do Brasil-potência unia os militares. Eles estavam convencidos da necessidade de sufocar o movimento popular, excessivamente ativado nas últimas fases da república populista, para criar um clima de “paz social”. Aliado ao barateamento da mão-de-obra, que viria como conseqüência previsível da repressão ao sindicalismo, esta “paz” tornaria o país atraente aos investimentos externos (2002: 51).

Oficiais associados à *linha dura* usavam o termo “*entreguismo*”, por exemplo, para explicar o fracasso de um conhecido oficial superior de suas fileitas, o presidente Arthur da Costa e Silva, na implementação de um regime nacionalista mais autoritário

durante a sua breve presidência, embora Gaspari tenha sugerido que Costa e Silva e colegas próximos podem ter sido igualmente convencidos, por razões de ambição pessoal, a seguir este caminho a fim de limitar as ambições presidenciais de um nacionalista autoritário carismático e competente, Afonso de Albuquerque Lima (Gaspari, 2002b: 121).

Uma das figuras mais importantes da facção associada à ESG, foi o general Golbery do Couto e Silva, que mais tarde dirigiu um *think-tank* “internacionalista” associado ao golpe de 1964 (o IPES), foi presidente da Dow Química do Brasil, e ocupou vários cargos públicos nas administrações da ditadura, exceto durante o período 1967-1974, quando oficiais mais próximos da posição nacionalista autoritário controlavam a presidência. Em 1984, Golbery foi assessor de Paulo Maluf, um conhecido político conservador que fora naquele mesmo período candidato do partido do governo à presidência, tendo perdido a eleição e atualmente esteja condenado por práticas de corrupção.

A trajetória de Golbery sumariada acima, aponta que a facção da ESG foi aparentemente apoiada por poderosos interesses internacionais, mantendo laços estreitos com grupos sociais de elite (*Manchete*, 08 de agosto de 1964: 43), dando suporte aberto aos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria e, como definiu Eliezer Rizzo de Oliveira, identificada com a “internacionalização do conceito de segurança nacional” (Rizzo de Oliveira, 1976: 32). Embora seja claro que os oficiais da ESG e civis não eram apenas os agentes de interesses estrangeiros (Flynn, 1979: 321), a ESG, no entanto, na forma de uma consistente e agressiva posição, principalmente através de sua Doutrina de Segurança Nacional, eliminou quaisquer opiniões políticas que pudessem prejudicar aqueles interesses estrangeiros.⁸

Em suma, a ESG encorajou uma inserção instrumental do aparelho estatal na economia de tal forma que foram reforçados

8 Rizzo de Oliveira observa que a ESG havia empregado a Doutrina da Segurança Nacional na década de 1950 para criticar as instituições do Estado, ao mesmo tempo que dificultava ideologicamente a aceitabilidade das soluções socialistas, que se apresentavam como alternativa (1976: 25-26). Numerosos cientistas sociais brasileiros contemporâneos, incluindo o mesmo Rizzo de Oliveira, citaram as obras de Nicos Poulantzas para explicar esta “autonomia relativa” do Estado (Eg. Rizzo de Oliveira, 1976: 35-36).

os interesses das multinacionais. Como notou um observador da época,

economically, the symbiosis of the military and the multinationals is elegant. It is characterized by a combination of specializing and integrating ties. The state provides entrepreneurship in the public sector. But it does not encroach on areas of profitable private investment and they [ties] do not threaten the principle of private enterprise on a cultural or ideological level (Evans, 1974: 30).

Candido Mendes chamou esta postura de “modelo neo-capitalista” (1980: 55), o que pode ter provocado a reação dos nacionalistas autoritários dentro das forças armadas, violando a sua tendência para a respeito exagerado pela hierarquia e disciplina, em suma, para obedecer ordens. Logo, suas acusações públicas de conspiração pelo “grupo palaciano” internacionalista parecem minar seu autoritarismo, deixando o *nacionalismo* como o ponto de vista definidor da corrente. Nacionalismo, naquela época e no contexto da América Latina, acabaria por afastar alguns deles *para bem longe* da defesa autoritária da violações de direitos humanos.

Os *nacionalistas autoritários*, a “*Linha dura*”, manteve-se praticamente invisível na era pós-golpe imediato, já existente, talvez, apenas como um alter-ego da ESG.⁹ Chirio (2010) argumentou os oficiais linha-dura passaram por duas fases, ambas ligadas à insatisfação com a escolha dos sucessores presidenciais: 1968-1974 e 1978-1979. Os dois exemplos que este estudo enfatiza, os generais de Afonso de Albuquerque Lima e Hugo Abreu, representam cada um desses dois períodos.

Em 1970, Peter Flynn sugeriu que para compreender as dinâmicas complexas da política militar, era bastante útil contrastar os pontos de vista dos oficiais *linha-dura* com os dos oficiais identificados com a ESG, particularmente em temas

9 O general Aurélio de Lyra Tavares, um político militar sênior e porta-voz da facção da ESG, negou, em 1968, a existência da linha-dura “no seio da família militar, há simplesmente uma hierarquia piramidal, uma estrutura homogênea em espírito e ação, sob a direção do Presidente da República.” Como traduzido e citado por Paul E. Sigmund (1970: 156).

como segurança e desenvolvimento. Nesse sentido, a *linha dura* foi mais explicitamente anti-comunista do que a ESG, e, por isso, amplamente favorável às técnicas intensivas de “guerra interna” e “contra-insurgência”; Flynn notou que eram ainda mais incentivadas pelos *nacionalistas autoritários* que, embora no início tenham se oposto à “internacionalização” do desenvolvimento nacional, argumentando que “a segurança e o desenvolvimento nacionais estavam intimamente ligados, mas, na medida em que o programa avançava em seu caráter reformista, não poderia fazer concessões ou voltar atrás (back-peddaling) em questões de segurança” (1979: 376- 77).

Na verdade, três, e não duas foram as características marcantes da *linha dura*: primeiro, ela tendeu a atrair jovens oficiais – majores, tenentes-coronéis e coronéis; segundo, esses jovens eram fortemente comprometidos com a visão *nacionalista* (e, em última análise, mais distributiva) das políticas de desenvolvimento; em terceiro lugar, preferiam táticas autoritárias de combate à *corrupção* e ao *comunismo*, o que redundou em graves violações dos direitos humanos. Como observou a revista *O Cruzeiro* (1964, 12 de Setembro: 116), a *linha dura* foi associada com personalidades militares particulares e contundentes desde a primeira hora pós-golpe. Às vezes, membros da *linha dura* chegaram a envergonhar o presidente Castelo Branco, como quando o general Carlos de Meira Mattos, na época um coronel, pronunciou-se orgulhosamente, em outubro de 1964, dizendo que Castelo Branco havia “orden[ado] aos parlamentares que se perfilassem e, em fila Indiana, mostrassem suas identificações” (Lira Neto, 2004: 389).¹⁰ As dificuldades enfrentadas por essas duas personalidades *linha dura*, generais Afonso de Albuquerque Lima e Hugo Abreu,¹¹ experientes em suas respectivas campanhas

10 Meira Mattos disse ter comentado com Castelo Branco sobre o incidente: “Tudo conforme o senhor ordenou: ninguém sofreu um único arranhão.” Lira Neto continúes: “Não era verdade. O governo Castelo, mais uma vez, saíra visivelmente arranhado do episódio (...) O presidente Castelo Branco cometeu todos os erros possíveis e imaginários nas suas relações com o Congresso Nacional”, afirmou entretanto, o *Correio da Manhã*” (Lira Neto, 2004: 389).

11 É difícil exagerar o autoritarismo desses dois oficiais, começando nos anos 1960. Sobre Albuquerque Lima, Gaspari (2002A: 309) disse: “No coração do regime, o ministro

mal sucedidas para a presidência (D'Araújo e Castro, 1997: 410) explicam parte, mas certamente não toda, a dramática transformação política que os levou a transitar de autoritários a moderados, em particular no que diz respeito à sua rejeição definitiva da necessidade de violações dos direitos humanos por parte da ditadura. Talvez central seja a sensação de que eles tinham sido tratados injustamente, novamente recordando a rejeição que sofreram na sucessão presidencial militar. Como Chirio colocou,

O sentimento de terem sido injustamente afastados do processo político motivou, tanto quanto afinidades ideológicas, uma reunião com líderes civis e militares cuja possibilidade de ascender à presidência da República parecia capaz de reinseri-los no jogo político (Costa e Silva em 1967, Albuquerque Lima em 1969, e Euler Bentes Monteiro em 1979)" (2010: 47).

Muito mais importante, a nosso ver, no entanto, foi a natureza do nacionalismo na América do Sul naquela época: ela implicava necessariamente resistência à dominação política por parte dos Estados Unidos, em particular a sua ênfase tácita e autoritária contra o comunismo. O caminho para o apoio aos direitos humanos (políticas anti-autoritárias) já estava implícito no nacionalismo brasileiro da época.

A *linha dura* permaneceu relativamente invisível até os eventos no final dos anos 1960 e 1970, chamou a atenção política para várias figuras-chave, e para a publicação de seus manifestos políticos. Os dois casos de protesto aberto por proeminentes generais *linha dura* que haviam ocupado anteriormente cargos políticos elevados na ditadura pós-1964 (Albuquerque Lima e Hugo Abreu), esclarecem de alguma forma a natureza das sub-facções no interior da *linha dura*. O reformismo nacionalista, como expresso por Albuquerque Lima e Hugo Abreu, entre outros, pode ter constituído a maior ameaça às ações respectivamente

do Interior, general Affonso Augusto de Albuquerque Lima, baronete da linha dura e candidato à Presidência, investia simultaneamente contra a agitação de esquerda e a conduta de colegas de governo. Chamava Costa e Silva de 'molengão.' Hugo Abreu era paraquedista e, à semelhança de Costa e Silva, era considerado um bom soldado, "mas não tinha muitas luzes," como colocou Ernesto Geisel em algumas entrevistas (D'Araujo and Castro, 1997: 410).

“internacionalistas” ou “quasi-internacionalistas”, bem como pode explicar alguns atos “liberalizantes” no mesmo período.

GENERAL ALBUQUERQUE LIMA: UM REFORMADOR AUTORITÁRIO

Alguns observadores consideram a presidência do general Artur da Costa e Silva (1967-1969), como a subida ao poder, ainda que de forma travestida, do nacionalismo autoritário, da facção *linha dura* (Einaudi e Stepan, 1971: 111-112; D’Araujo e Castro, 1997: 197). Ernesto Geisel, mais tarde, afirmou que “a eleição do Costa e Silva em 1967 foi uma vitória da linha dura”. E, mais importante, acrescentou que

Embora Costa e Silva endossasse ou apoiasse essa linha, ele era pessoalmente um homem mais pacato. Mas achou que era melhor apoiar essa linha dura porque lhe servia para chegar à presidência da República (D’Araujo and Castro, 1997: 169).

Nessa direção, Costa e Silva havia sido amplamente associado com a *linha dura* (Abreu, 1980: 257), e Hugo Abreu, o segundo oficial *linha dura* examinado neste ensaio, mais tarde observou que o general Golbery do Couto e Silva (e o grupo palaciano) considerou o período Costa e Silva como uma “derrota” para a sua facção, que não poderia se repetir (Abreu, 1979: 80; 105). Embora os oficiais associados com essa administração tenham evidenciado algumas “diferenças notáveis” com os da administração anterior (Flynn, 1979: 368), os tecnocratas econômicos nomeados pelo regime, o mais célebre dos quais foi Antônio Delfim Netto, continuaram a promover elementos “internacionalistas” no sistema, incluindo relações estreitas com os EUA, bem como o abandono do modelo de *industrialização por substituição de importações* e sua substituição pela expansão dos investimentos internacionalistas e exportações de produtos primários.

Um importante ministro do gabinete Costa e Silva, no entanto, não atribuiu continuísmo no âmbito econômico. O ministro do Interior, o general Afonso de Albuquerque Lima, considerado

por alguns observadores como o líder supremo da, ainda que mal organizada, *linha dura* (por exemplo, Dulles, 1996: 397),¹² era visto como um modernizador.¹³ Posteriormente, Ernesto Geisel comentou o caráter amorfo da *linha dura* (D’Araújo e Castro, 1977: 169), reconhecendo o traço unificador e modernizador do nacionalismo.

Albuquerque Lima era o irmão mais novo de um membro do movimento tenentista (um famoso *tenente*), e foi ele próprio um participante da *linha dura* tanto no golpe de 1964, quanto na política posterior. Com considerável experiência no governo antes de 1964 (Schneider, 1971: 376), esteve fortemente empenhado em medidas políticas autoritárias, bem como na reforma sócio-econômica nacional e nacionalista. Em 1965, foi um dos autores do “golpe branco”, que forçou uma estrutura política mais autoritária sobre um relutante presidente Castelo Branco, com isso facilitando a sucessão de Costa e Silva (Schneider, 1971: 169-170). Como Klein Figueiredo esclareceram,

Convém lembrar que as condições em que foi editado o AI-2 vieram a determinar o progressivo declínio da corrente castelista e a ascensão do grupo nacionalista, conferindo-se a seu líder, General Albuquerque Lima, uma importante participação nas principais decisões afetas ao regime, notadamente a sucessão presidencial (Klein e Figueiredo, 1978: 49).

Albuquerque Lima moveu-se cada vez mais em direção a uma postura nacionalista e, mais tarde, mesmo desestimulando soluções autoritárias, aparentemente continuou a contar com o

12 Dulles notou, em 1996, que “First Army Chief of Staff Albuquerque Lima, leader of the hard line, believed that his group had been able to force Ato 2 on the government because of the overwhelming support given to him and [Otacilio Terra] Ururai by the local army officers; and it was clear that the group felt itself very powerful” (Dulles, 1996: 397).

13 Roett (1972: 154-5), escrevendo naquele mesmo momento, observou que “Albuquerque Lima had a large following among the younger members of the officer corps. He believed in the necessity of prolonged military rule in order to modernize Brazil...For him, modernization meant structural reform of things such as the land-tenure system, the development and integration of the Amazon, the necessity of reducing regional imbalance, etc. The general believed that a great nation like Brazil could no longer ignore its underdeveloped regions; such a policy of neglect threatened national security and modernization.”

apoio de um grande número, provavelmente a maioria, dos jovens oficiais da *linha dura*.

Como ministro do Interior no governo Costa e Silva, tentou fervorosamente iniciar um processo de desenvolvimento mais nacionalista, obtendo algum sucesso em duas grandes áreas: política indigenista e desenvolvimento regional. No primeiro, aboliu a corrupta Agência de Proteção ao Índio, substituindo-a por um novo e comprometido ramo do Ministério, mas que se mostrou ineficiente. Apesar disso, Albuquerque Lima foi capaz de frear temporariamente a matança desenfreada dos índios da Amazônia brasileira (Davis, 1977: 13). A principal contribuição de Albuquerque Lima para o desenvolvimento nacional, no entanto, apenas pôde ser observada bem depois de sua saída do governo, em 1969, e foi a introdução da política de “integração nacional”. Tal projeto representou a consolidação de todos os programas de desenvolvimento regional, consubstanciando aquilo que o associava à definição militar de “segurança nacional” (Flynn, 1979: 427). O impulso nacionalista desta política, desafiador direto da facção internacionalista, foi enfaticamente expresso no *slogan* “integrar para não entregar”, o que estava relacionado às crescentes aspirações presidenciais de Albuquerque Lima (Stepan, 1971: 260).

Apesar de adotar medidas conscientemente provocadoras ao ideário do regime, no longo prazo as políticas praticadas por Albuquerque Lima redundaram em forte apoio ao desenvolvimento regional, incluindo o aumento do suporte à SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste Regional) e à SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia); a instituição de uma zona industrial livre de impostos no estado do Amazonas (Zona Franca de Manaus), a criação de um corpo de jovens escolarizados (em grande parte, oriundos da área urbana) para participar do desenvolvimento das zonas rurais, e o apoio, mesmo que limitado, às políticas de reforma agrária (Flynn, 1979: 427-428).

A popularidade da candidatura de Albuquerque Lima na sucessão de Costa e Silva em 1969, apontou para os *internacionalistas* o grau de ameaça ao modelo econômico vigente representado pelo

nacionalismo autoritário. A respeito do modelo econômico então vigente, Flynn disse que Albuquerque Lima era “o representante mais franco (...) entre os mais fervorosos, se não extremado, de controle nacionalista [sobre o desenvolvimento econômico], especialmente na distribuição regional [do desenvolvimento] (1979: 426). O mesmo Flynn descreve o forte apoio político que Albuquerque Lima detinha entre os oficiais do exército do posto de coronel para baixo, bem como entre os tecnocratas civis nacionalistas, como decorrente de um novo estado de espírito nacionalista vigente entre os oficiais subalternos (1979: 379), uma perspectiva que, de acordo com Stepan, foi “difícil para um público anglo-saxão compreender”:

There was a self-interested element of fear of the return of those they had helped to purge. More important, however, were the twin urges to be more authoritarian—purge more politicians, disband Congress and political parties, cancel all elections—and to be more radically reformist—expropriate large landholdings, confiscate wealth of profiteering businessmen, and have more nationalist assertive relations toward foreign capital and the United States (1977: 255n).

As credenciais de Albuquerque Lima, como um participante-chave na tentativa de derrubar Castelo Branco, em 1965, e seu apoio declarado ao aprofundamento do autoritarismo, juntaram-se às suas suspeitas relativas ao capital estrangeiro e suas demandas sobre maior atenção à distribuição dos frutos do desenvolvimento, particularmente na redução das disparidades dramáticas entre as regiões do Brasil. Tudo isso o colocou em conflito com Roberto Campos e Delfim Netto (Flynn, 1979: 426), mentores do modelo econômico em prática. Ademais, Albuquerque Lima defendeu um papel mais proeminente para os membros das forças armadas frente aos tecnocratas civis na formulação de políticas, enfatizando a ampliação nestas políticas da Doutrina de Segurança Nacional. (Flynn, 1979: 419). Seu programa de “integração nacional” focalizou especialmente a situação do nordeste, a região mais pobre do Brasil, mas também procurou integrar a Amazônia ao processo de desenvolvimento nacional, algo que tinha sido por muito tempo um objetivo estratégico tanto para militares quanto

para civis. Com efeito, durante o seu curto mandato à frente do Ministério do Interior, ele chamava a si mesmo como o “Nasser da direita” (*Latin America*, 06 de dezembro de 1968: 389). Seus conflitos com os tecnocratas “internacionalistas” do ministério, particularmente Delfim Netto e Hélio Beltrão, ressaltavam ainda mais essa sua alcunha (*Latin America*, 31 de janeiro de 1969: 33).

A profunda reação contrária à candidatura de Albuquerque Lima refletia o quanto ele era identificado como ameaça aos interesses das empresas multinacionais, em especial a do empresariado de São Paulo (Flynn, 1979: 429). Flynn afirma que sua política pode ter sido menos um produto do nacionalismo do que o pragmatismo (1979: 430), e especulou-se que ele iria modificar sua posição, uma vez no poder. No entanto, a gravidade da ameaça ideológica e política que ele parecia representar evidenciava-se nos esforços que a hierarquia militar fizera para minar sua candidatura.

A oposição a Albuquerque Lima iniciou-se com os oficiais superiores da ala “internacionalistas”, no que foram auxiliados pela renúncia do general do Ministério do Interior, em janeiro de 1969, aparentemente em protesto contra cortes no financiamento do desenvolvimento regional do Nordeste (Schmitter, 1973: 33). Provavelmente, sua renúncia foi uma tentativa de aumentar a sua visibilidade política. Todavia, a perda dessa posição de prestígio redundou em enfraquecimento de sua capacidade de manobrar politicamente (Schneider, 1971: 277).

Também contribuiu para a resistência à candidatura do general, o apoio político de Albuquerque Lima entre os oficiais da Marinha, que se apresentava em torno de 90%, bem como sua significativa retaguarda entre os oficiais subalternos das duas outras Forças, que foi amplamente visto como capaz de produzir uma grande divisão no interior do meio castrense (Flynn, 1979: 440; Rizzo de Oliveira, 1976: 104).¹⁴ Ademais, suas ações cada vez mais nacionalistas, angariou-lhe o apoio de setores civis, incluindo, ironicamente – tendo em vista o seu autoritarismo

14 Segundo a revista *Latin America*, Albuquerque Lima contava, em 1969, com 65% de apoio entre toda a oficialidade (14 de setembro de 1973: 294). Já Hugo Abreu observou que a “grande maioria” dos oficiais subalternos, especialmente entre os linha dura da Brigada Paraquedista, apoiavam a candidatura de Albuquerque Lima (1979: 19).

e anti-comunismo extremado –, o apoio do Partido Comunista Brasileiro (*Latin America*, 3 de outubro de 1969: 318).

Temendo pela ameaça ao sistema econômico vigente, bem como à própria unidade das forças armadas, o Alto Comando Militar mobilizou-se para bloquear quaisquer tentativas eleitorais de Albuquerque Lima e, já no início de outubro de 1969, tinha aprovado a candidatura de Emílio Garrastazu Médici, que ultrapassou tanto Albuquerque Lima, como também o então Chefe do Estado Maior do Exército, Orlando Geisel – tudo indica, proeminente partidário da ESG e, portanto, candidato escolhido pela facção com ela identificado (Schneider, 1971: 300; Stepan, 1971: 264n).

Interessante observar que a campanha de Albuquerque Lima desnudou a vulnerabilidade dos “internacionalistas”, pois levou ao grupo da ESG a aderir a Médici, jamais associados a eles (Abreu, 1979: 197). Assim, a ameaça representada pelo nacionalismo econômico de Albuquerque Lima parece ter levado a facção da ESG a aceitar um compromisso político em que um membro desta facção (Orlando Geisel), que tinha as mesmas credenciais básicas que Albuquerque Lima, fora preterido, utilizando-se como argumento (artificial) a antiguidade. Parece que, mais tarde, a nomeação de seu irmão, o general Ernesto Geisel, como candidato presidencial para o período 1974-1979, foi uma compensação. Estas maquinações políticas ressaltam a conclusão que Cândido Mendes expressou em 1980: “o mecanismo para a estabilização do atual regime brasileiro parece estar na mobilização do poder presidencial em contraposição do poder civil” (59).¹⁵

A vacilação ideológica de Albuquerque Lima, e em particular a sua disponibilidade para se deslocar para uma posição mais centrista e menos autoritária, parece estar muito relacionada

15 Importa lembrar que pelas próprias regras do jogo estabelecidas pelos militares no governo, inclusive pela Constituição de 1967, caberia ao vice-presidente assumir a Presidência da República no caso de impedimento do presidente. Sabe-se que Pedro Aleixo, o civil vice-presidente de Costa e Silva, foi impedido de fazê-lo não apenas por ser civil, mas por ter se recusado a assinar a decretação do AI-5, caindo, pois, em desgraça frente aos militares autoritários. Muitos analistas defendem que a decretação do AI-5 representou um “golpe dentro do golpe”, quando o regime passou para a ditadura aberta.

com sua defesa do nacionalismo. Sua defesa pública de reformas políticas nacionais em 1968, por exemplo, mesmo que expressada em termos autoritários, refletiu a crescente importância das considerações nacionalistas e a racionalização da repressão política. Isso ficou evidente em seus discursos públicos, como exemplificado em uma conferência de imprensa, conforme apareceu à época em *Latin America*:

The principle obstacles to the achievement of these reforms were not “subversive student minorities serving an external master, nor even that part of the clergy that exploits misery without offering a solution” but, the General said, the archaic structure of the nation that kept the administration in a state of “fossilization,” and certain economic groups. He added that some elements of the left wing were joining up with large-scale economic interests to obstruct the reforms – even though their actions did not appear as such (22 November 1968:370).

Naquela época, as inconsistências ideológicas de Albuquerque Lima foram interpretadas como mecanismo para garantir sua candidatura à presidência (*Latin America*, 31 de janeiro de 1969: 33). Apesar disso, posteriormente ficou evidente uma dinâmica ideológica difusa. Os nacionalistas autoritários tendem a explicar os seus excessos autoritários em termos nacionalistas – o autoritarismo per se não justifica sua própria existência. Assim, na sequência da implementação do altamente repressivo Ato Institucional número 5 no final de 1968, que formalizou uma repressão autoritária de grandes proporções no Brasil, o general Albuquerque Lima, “afirmou que o efeito do ato institucional do mês passado seria o implementação imediata da reforma agrária no nordeste do Brasil” (*Latin America*, 31 de janeiro de 1969: 33). Esta declaração reflete claramente as dinâmicas ideológicas básicas do *nacionalismo autoritário* e foi feita após a sua demissão do Ministério do Interior. Embora afirmações como esta tenha afastado o general ainda mais do processo de sucessão presidencial, Médici tentou implementar algumas ideias do documento “Princípios e Diretrizes para a terceiro Governo Revolucionário”, escrito por Albuquerque Lima em 1969 (*Latin America*, 05 de dezembro de 1969: 386).

Gradualmente o nacionalismo atingiu uma posição de predominância no interior de sua visão de mundo autoritária, como se tornou aparente em várias intervenções de Albuquerque Lima. Por exemplo, em um artigo de janeiro de 1970 na Revista do Clube Militar, Albuquerque Lima conclamou maior e mais rígidos controles sobre o capital estrangeiro e exortou o Brasil a lutar pela independência econômica e pela transformação das tendências oligárquicas e monopolistas, acrescentando que ele aprovara a “defesa obstinada do direito para exportar”, tendo em vista as restrições “impostas pelos países altamente industrializados” (*Latin America*, 06 de março de 1970: 76). Pouco mais tarde, em março de 1971, durante jantar em homenagem à sua aposentadoria forçada do serviço militar ativo, ele declarou que as medidas tomadas pelo governo, às quais ele havia apoiado, deveriam ser apenas temporárias, devendo a administração militar apressar-se para “eliminar imposições que prejudicam a nossa economia e ofendem a nossa soberania” (*New York Times*, 19 de março, 1971: 14). Em 1973, já aposentado, o general escreveu uma carta aberta ao presidente eleito general Ernesto Geisel, na qual, falando ostensivamente em nome de “camaradas civis e militares”, clamava pela redução das medidas autoritárias (“descompressão política”), a fim de fornecer “as bases e as condições para a participação popular”. Na mesma ocasião, elogiou a experiência peruana, que levou à “expansão do setor público, a fim de libertar a economia da dependência injusta de forças externas” (*Latin America*, 14 setembro, 1973: 294). Geisel, posteriormente, iniciou um programa de descompressão política, cujo governo tornou-se ator central na rápida expansão do setor estatal.

Como resultado da tensão fundamental, mesmo que latente, entre a visão de mundo autoritária e o nacionalismo, o general Albuquerque Lima parece ter sido empurrado para uma visão anti-autoritária, beirando mesmo uma posição à esquerda do centro político predominante. É possível que suas ligações pessoais com as elites civis, apesar desses membros serem igualmente autoritários, tenham “amaciado” seus pontos de vista.¹⁶ Ele não foi o único, pois

16 Dulles observou, em relação ao movimento de caçassão de Carlos Lacerda, que “In

alguns dos mais altos membros do corpo de oficiais brasileiros do período, mostraram-se surpreendentemente sensíveis ao decoro no uso de táticas políticas autoritárias e, aparentemente, buscaram justificar tal comportamento, sempre que possível, apelando para a instrumentalidade de tais táticas como formas de atender aos “interesses nacionais”. Ademais, deve-se dizer que a lógica da visão de mundo nacionalista autoritária, na verdade, empurrou cada vez mais seus adeptos nacionalistas para posturas políticas anti-autoritárias.

GENERAL HUGO ABREU: A SÚBITA TRANSFORMAÇÃO IDEOLÓGICA

Quando nomeado chefe do Gabinete Militar da presidência e secretário geral do Conselho de Segurança Nacional por Ernesto Geisel, em 1974, o general Hugo de Andrade Abreu tinha impressionantes credenciais de *linha dura* (Flynn, 1979: 482). A mais importante talvez tenha sido sua bem sucedida ação militar contra os guerrilheiros na região do rio Araguáia, levando ao assassinado de seus últimos membros, representando o que Celso Castro chamou de “fase mais dura do regime militar” (2002: 96). Ele estava intimamente associado ao general Euler Bentes Monteiro, e seu chefe de gabinete era o então coronel Kurt Pessek, um líder mais jovem da *linha dura*. Por ter pertencido à Força Expedicionária Brasileira (FEB) que lutou na Itália durante a Segunda Guerra Mundial, bem como por seu papel seminal na criação do Serviço Nacional de Informações-SNI (*Latin America Weekly Report*, 21 de dezembro de 1979: 91).

Abreu era nominalmente associado à facção da ESG (castelistas). Todavia, exercera com entusiasmo a política linha dura no comando da Brigada Paraquedista no Rio de Janeiro, entre 1969 e 1974. Esta unidade estava diretamente envolvida com as mais diversas operações anti-guerrilha e também partiu desta mesma unidade a ocupação da estação de rádio no Rio, durante o sequestro do embaixador norte-americano, em 1969, na

Lacerda's defense, no one was as eloquent as Interior Minister Albuquerque Lima, brother-in-law of Lacerda's friend José Cândido Moreira de Souza. Hard liner Albuquerque Lima praised Lacerda's past revolutionary work..." (Dulles, 1996: 551).

tentativa de frustrar a libertação dos presos políticos, criticando publicamente o governo pelas negociações. Conforme Abreu diria mais tarde, “eu conhecia bem o espírito da tropa paraquedista e tinha certeza de que me adaptaria depressa à nova missão” (Abreu, 1979: 19).

A Brigada de Paraquedista tornara-se uma unidade chave na campanha contra os “terroristas”, e Abreu descreveu sua experiência nela como semelhante às suas batalhas contra os alemães na Segunda Guerra Mundial (Abreu, 1979: 21). Em 1974, na saída do presidente Médici, este apresentou Abreu como “o homem que pacificou os paraquedistas” (Abreu, 1979: 21). Os sucessivos pedidos de substituição de Abreu no comando da Brigada, parece terem sido ignorados por causa da sua crescente contribuição em atividades relacionadas com a repressão política, assim defendia Hugo Abreu (Abreu, 1979: 26).

O motivo imediato da nomeação de Abreu para a chefia do do Gabinete Militar, em 1974, foi o afastamento do general Dilermando Gomes Monteiro, em razão de uma fratura na perna que o impediu de assumir as funções (Abreu, 1979: 22-3). Conforme o próprio Hugo Abreu afirmaria, sua nomeação para auxiliar o então presidente Geisel, foi uma indicação do irmão do presidente, o general Orlando Geisel, com quem mantinha amizade de longa data (Abreu, 1979: 23). Assim, sua participação no governo não era produto de alguma afinidade ideológica com o recém-criado “grupo palaciano”, como ele mais tarde chamou. Apesar disso, Abreu manteve-se um leal auxiliar do governo até que foi alijado, no início de 1978, quando foi duplamente preterido para sucessor de Geisel, tendo o seu próprio nome e de seu indicado, o amigo general Euler Bentes Monteiro, vetados no processo. Como Chirio coloca: “À campanha do general Euler Bentes associa-se também o chefe da Casa Militar de Geisel, Hugo Abreu, que acabara de se demitir, acompanhado por seu antigo assistente, o coronel Kurt Pessek” (2010: 43). Abreu não tinha sido ele próprio claramente um candidato presidencial competitivo, e isso ressalta a importância de sua reação política em 1978. Suas memórias são carregadas de referências à dinâmica de embate entre nacionalismo e autoritarismo no cenário brasileiro

da década de 1970.

Surpreendentemente, Abreu transitou para uma posição “liberal” antes de sua morte, em 1979 (*Latin America Weekly Report*, 21 de dezembro de 1979: 91), o que estava relacionado com sua rejeição dos sentimentos “internacionalistas” comungados pela facção ESG. Ele claramente compreendeu que uma posição nacionalista, naquele momento histórico, exigia a rejeição do ideário norte-americano de violações dos direitos humanos em nome do anti-comunismo.¹⁷ Ele, entretanto, manteve uma relação ambígua com figuras autoritárias, se não os métodos, de seu passado imediato, bem como teve papel significativo na constituição do *linha-dura* general Sylvio Frota, em fundamental opositor do grupo dominante.

Sylvio Frota tinha sido nomeado general de divisão pela administração Costa e Silva em 1969 (Schneider, 1971: 282), e como o comandante do Primeiro Exército (Rio de Janeiro) no início de 1970, durante o auge da repressão política, quando foi oficial superior de Hugo Abreu. Ele foi considerado um “queridinho dos *linhas-duras*” (*New York Times*, 13 de outubro 1977: A3; Anderson, 1978: 63). Sua nomeação como ministro do Exército por Geisel, em 1974, aconteceu logo após a súbita e inesperada morte de seu antecessor, general Dale Coutinho, que permanecera apenas dois meses no cargo. Hugo Abreu mais tarde atribuiu a escolha de Frota a um “descuido” do governo (1979: 79).

A popularidade de Frota no corpo de oficiais do Exército (Anderson, 1978: 63), e sua patente militar superior, fizeram dele o candidato natural dos oficiais de *linha dura* na sucessão presidencial iminente,¹⁸ embora Abreu negasse categoricamente

17 São muitos os exemplos das forma de pressão por parte dos Estados Unidos. Para citar apenas um exemplo, o assassinato do conselheiro norte americano Daniel Mitrioni, em 1970, pelos guerrilheiros uruguaios Tupamaros, retratado na época como um inocente “especialista em tráfego”. Finalmente descobriu-se sua verdadeira missão na América Latina: dar instruções sobre a utilização de um instrumento de tortura elétrica para uso em “subversivos” que fora aperfeiçoado pelos EUA.

18 Um expressivo número de artigos informa que Frota contava com um substantivo apoio político, bem como informam os passos que já haviam sido tomadas em 1977 para lançar sua candidatura: *Los Angeles Times*, 13 de outubro de 1977: 11; *New York Times*, 13 de outubro 1977: A3; *Christian Science Monitor*, 14 de outubro de 1977: 6.

que Frota já se considerava um candidato. Abreu defendeu que a candidatura foi inventada pelo “grupo de palaciano”, numa tentativa de enfraquecer a resistência da Frota ao nome do general João Baptista Figueiredo (1979: 119) para a sucessão. Figueiredo tinha laços estreitos com membros da facção ESG, como o general Golbery do Couto e Silva (Chefe da Casa Civil do governo Geisel), mas fazia parte do círculo próximo de Médici, que o acusou de “grande traição”, justamente por não o ter informado das relações entre Geisel, escolhido para sucedê-lo, e Golbery, desde há muito considerado ‘*persona non grata*’ pelos militares “linha dura” (Gall, 1978: 8). A novidade e aceitação da candidatura de Frota em 1977, somada à sua resistência ativa aos designios do governo, poderia ter sido um contra-golpe bem sucedido. Todavia, a decisiva atitude de Hugo Abreu no episódio, contribuiu claramente para o seu desfecho pacífico (Gall, 1978: 10).

O relato de Abreu a respeito da candidatura de Frota revela a ambiguidade fundamental de suas posições ideológicas e políticas deste. Por um lado, Abreu era um soldado disciplinado com convicções autoritárias que achava que o apoio da ditadura militar era ao mesmo tempo o seu dever e uma necessidade prática. Como ele disse mais tarde, “o presidente precisava do meu apoio naquele momento, e eu tinha certeza de que minha partida naquela hora seria fatal para a estabilidade do próprio governo.” (1979: 129). No entanto, o ex-comandante de Abreu e companheiro de linha-dura, o general Frota, tornou-se alvo do “grupo palaciano”, um fato que só gradualmente se tornou evidente para ele. Abreu, naquele momento, continuou a aceitar o que ele mais tarde chamaria de frágil explicação de Geisel, que atribuiu a demissão de Frota apenas à incompatibilidade pessoal prolongada (1979: 150-1).

Fator crucial para Abreu manter-se leal a Geisel, foi a questão da sucessão presidencial. Garantias do próprio Geisel de que um sucessor ainda não havia sido selecionado, e que tal uma seleção não seria feita até o ano seguinte, entrou em colapso com aval do presidente à candidatura Figueiredo, no final de 1977. Abreu, na verdade, envergonhou-se ao verificar que ele foi

um dos últimos altos funcionários do governo que permanecia insistindo que o sucessor de Geisel não tinha sido escolhido (Gall, 1978: 10). No início de 1978, Hugo Abreu enviou documento ao presidente no qual alertava sobre a presença no governo de um grupo poderoso e auto-interessado, e sugeria que o Alto Comando Militar provavelmente ratificaria a nomeação de Figueiredo exclusivamente por lealdade ao próprio Geisel, e não a Figueiredo. Como assessor do presidente, Hugo Abreu tinha recomendado seis outros possíveis candidatos, quatro oficiais superiores e dois civis, pessoas a quem ele caracterizou como “nas atuais circunstâncias, muito mais qualificados” para o trabalho. Ele concluiu que:

Em síntese, Senhor Presidente, foi montada uma verdadeira máquina de propaganda que procura criar a impressão de que a candidatura Figueiredo é fato consumado e tem apoio da opinião pública, não havendo como fugir a ela. É a grande farsa, para o êxito da qual não se regateou qualquer meio. Com relação aos empresários, foi utilizado o suborno e a promessa de grandes lucros no futuro (Abreu, 1979: 157-8).

No dia seguinte, 03 de janeiro de 1978, Abreu se reuniu com Geiselle, ao ser informado da seleção de Figueiredo, imediatamente se demitiu (Gall, 1978: 10; Abreu, 1979: 162; Skidmore, 1989: 18). Dois meses depois, foi-lhe negada a promoção para general de quatro estrelas, forçando-o à reforma do serviço militar ativo (*Veja*, 05 de abril de 1978: 23). Ao analisar a vitória do “grupo palaciano”, Abreu repetiu, de forma amargurada, famosa frase de Charles de Gaulle, dita em 1965: “*Le Brasil n’est pas un pays serieux*”, acrescentando que de Gaulle falara a verdade, mas não para julgar o país e sim para avaliar a ditadura (1979: 88-9).

Em última instância, os eventos que culminaram na renúncia de Abreu, em janeiro de 1978, desencadearam sua transição para uma posição muito mais nacionalista e, finalmente, menos autoritária. Após refletir, ele atribuiria aos “internacionalistas”, que agiram em nome do seu próprio e corrupto interesse, a conspiração palaciana (1979: 94), aderindo em seguida à candidatura da oposição (MDB), cujo titular era outro nacionalista

(e anteriormente autoritário) crítico da ditadura, o general Euler Bentes Monteiro.

Em outubro de 1978, Hugo Abreu foi preso por 20 dias porque fizera circular uma carta de 100 oficiais superiores que criticaram o processo de escolha do presidente, destacando o papel da conspiração da “guarda palaciana”. Na carta, que vazou para a imprensa, também advertia contra o uso da força militar “para restaurar os ideais da revolução 1964” (*Financial Times*, 04 de outubro de 1978: 4). No último ano de sua vida, Abreu apoiou ativamente a candidatura de Monteiro, e foi preso pela segunda vez por suas declarações públicas, incluindo a denúncia relativa à formação britânica de soldados brasileiros em técnicas de tortura “não-violentas”.¹⁹ Ele também testemunhou em defesa de Antonio Carlos Fon, que foi processado pela publicação de seu livro, *Tortura*, no qual descreve, em primeira mão, a experiência de uso da tortura no Brasil durante a década de 1960 e início de 1970 (*Latin America Weekly Report*, 21 de dezembro 1979: 91; Fon, 1979). Finalmente, Abreu publicou suas memórias detalhadas em dois volumes. Como a *Latin American Weekly Report* observou em 1979, a morte de Abreu foi “um duro golpe para a oposição” no Brasil (21 de dezembro de 1979: 91).

Outros casos poderiam ser citados em relação à tendência dos nacionalistas autoritários dentro do corpo de oficiais brasileiros durante a ditadura de transitarem rapidamente em direção à posições nacionalistas e até mesmo anti-autoritárias, a exemplo do general Bentes Monteiro (*New York Times*, 27 de dezembro de 1980: 5). O “Manifesto dos Coronéis”, de abril 1978 é, de certa forma, outro exemplo. Neste caso, um grupo de coronéis reclamou em um documento público que os militares haviam se tornado “a guarda pretoriana dos tecnocratas”. Embora o documento enfatizasse os objetivos autoritários originais do golpe militar de 1964, apelava para o restabelecimento da democracia, defendia a promulgação de reformas legais liberais, e pedia a formação de um governo civil provisório para supervisionar eleições abertas, no interesse do desenvolvimento nacional (Flynn, 1979: 510-

¹⁹ Posteriormente, Ernesto Geisel admitiu que os britânicos formavam brasileiros em tais técnicas (D’Araújo e Castro, 1997: 225).

11). Os autoritários simplesmente perderam o seu poder e sua legitimidade, o que levou, em última instância, à frustração e ao sarcasmo frente ao que seria (mas nunca foi) um presidente linha dura Figueiredo em sua famosa resposta a outra pergunta sobre a *abertura*: “É pra abrir mesmo. Quem não quiser que abra, eu prendo e arrebento!” Enquanto a razão fundamental para o uso de táticas autoritárias foi a defesa dos interesses nacionais, esta prevaleceu. No entanto, dadas as condições da ordem econômica internacional e da posição relativa do Brasil dentro dela, levou ao crescimento do nacionalismo e acabou por solapar o uso das mesmas técnicas autoritárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É simplesmente impossível identificar todas as muitas facções formavam o alto oficialato militar como apenas o “grupo da Sorbonne” (também chamado Castelista ou internacionalista) e grupo *linha dura*. João Roberto Martins Filho observou, no entanto, que

é possível encontrar a lógica da dinâmica interna da ditadura em dois processos permanentes de crise, visíveis do começo ao fim do regime militar. Refiro-me, por um lado, à natural disputa pelo poder no seio da alta hierarquia em torno das sucessões presidenciais, que no Brasil foram regularmente mantidas. Por outro lado, às tensões oriundas da percepção comum aos setores mais militantes da oficialidade, segundo a qual o regime *militar* era um regime *dos militares* (Martins Filho, 2004: 126).

Nesse sentido, a linha dura, nem dominou os *castelistas* (Martins Filho, 2004: 129), nem detinha uma plataforma política homogênea. Ao contrário, eram um grupo de oficiais, tanto subalternos como superiores, os quais possuíam tendências *nacionalistas autoritárias* e, obviamente, essas tendências dispunham-se em uma ampla gama de manifestações diferentes. É este equilíbrio delicado entre tendências autoritárias, por um

lado, e os controladores nacionalistas, por outro lado, que foi central neste estudo. Defendo que, entre os anos 1960 e 1970, teve lugar na América do Sul uma forma distinta e histórica do nacionalismo, que enfatizou a resistência à dominação política estadunidense e defendeu táticas pró-autoritárias na região. Este pensamento cedo invadiu as fileiras da hierarquia militar, passando a dominar o pensamento dos oficiais nacionalistas autoritários. Meus dois exemplos, os generais Afonso de Albuquerque Lima e Hugo Abreu, em momentos diferentes, compartilharam grandes semelhanças.

As transformações ideológicas vivenciadas pelos dois oficiais linha dura, primariamente *nacionalistas autoritários*, e que transitaram de uma posição fortemente autoritária para uma fortemente nacionalista – e até mesmo anti-autoritária – que aqui foram exemplos de análise, refletem os efeitos dos *fatores ideológicos e políticos* ao longo dos 21 anos de ditadura no Brasil, e parecem deter duas implicações. Diferente das explicações corriqueiras, que atribuem as transformações políticas de Albuquerque Lima e Hugo Abreu, que deixaram de ser *nacionalistas autoritários* para transformarem-se em *nacionalistas liberais*, aos seus respectivos fracassos em alcançar a presidência da República, bem como, pelo menos em parte, como resultado do sucesso de oficiais militares mais jovens (Schneider, 1991: 280), uma explicação mais plausível envolve a própria natureza do nacionalismo brasileiro em 1960 e 1970. Primeiro, as respectivas posições destes oficiais superiores parecem ter sido dirigidas a um segmento significativo e simpático do corpo de oficiais jovens, o nacionalismo autoritário “*linha dura*”. A transformação dos pontos de vista desses agentes pode, assim, ser interpretada como um reflexo de um compromisso mais amplo, nacionalista, no interior das forças armadas brasileiras. Segundo, o uso das táticas autoritárias no Brasil parece ter sido justificado pela referência aos “interesses nacionais”, um argumento que inevitavelmente suscitou conclusões nacionalistas. A dinâmica em que as opiniões abertamente autoritários parecem ter servido como um impulso para gravitações subseqüentes em direção nacionalismo, seria relativamente desinteressante, se não fosse recorrente, gerando a forma anti-autoritária de nacionalismo

aqui descrita.

O nacionalismo é um termo notoriamente difícil de definir, como notou E. Bradford Burns, em seu livro *Nacionalismo no Brasil* (1968: 3), embora possa-se afirmar que o nacionalismo, em todo o caso, é produto de uma única história nacional, gerado por um único conjunto de circunstâncias políticas e sócio-econômicas, que condicionam as atitudes dentro de um determinado país, em um momento histórico específico. Dois aspectos cruciais da história do Brasil sustentam, pois, o nacionalismo aqui exemplificado: as quixotescas revoltas dos tenentes na década de 1920 e 1930, nas quais oficiais subalternos revoltaram-se abertamente contra o arcaico sistema político sustentado pela elite igualmente retrógrada, apoiando as reivindicações de desenvolvimento nacional. O segundo aspecto está na defesa, já na década de 1950, do que se supunha serem as vastas reservas de petróleo nacional, consubstanciadas no *slogan* “o petróleo é nosso!” Em ambos os casos, embora especialmente no último, os brasileiros parecem ter derivado a definição do nacionalismo em grande medida da percepção da posição dependente que o Brasil ocupava na ordem econômica internacional, especialmente *vis-à-vis* os Estados Unidos.

Essas percepções, provavelmente, determinaram mais do que qualquer outro fator, o predomínio das ideias nacionalistas no interior da perspectiva nacionalista autoritária brasileira. As condições econômicas objetivas, particularmente nas décadas de 1960, 1970 e 1980, foram ditados pelo papel central do capital multinacional, e isso, obviamente, condicionou a expressão de nacionalismo vigente, ao mesmo tempo, enfatizando a sua importância. O dilema dos nacionalistas autoritários relaciona-se portanto, a um dilema econômico e sócio-político do país. Assim, o nacionalismo no Brasil, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, parece ter incluído uma forte rejeição da dependência externa (dos EUA), bem como uma ênfase na prevenção da propagação do comunismo a todo custo, mesmo que implicasse na violações dos direitos humanos, e na instrução em técnicas de tortura. A *linha dura*, profundamente anti-comunista em seu nacionalismo, teria sido arrastada para o nacionalismo existente

da América Latina, incluindo, em última análise, a rejeição do que poderia ser interpretado como violações estrangeira do interesse nacional quando da defesa dos direitos humanos. Embora a ESG tenha formado muitos oficiais militares, incluindo vários da *linha dura*, doutrinando-os na crença dos “inimigos internos”, mesmo este conceito era, em última instância, vulnerável frente ao de repensar o desenvolvimento *nacional*.

Em 1968, o falecido professor Burns concluiu que “não há razão para acreditar que, após o presente interlúdio militar, o nacionalismo reaparecerá como uma força vigorosa a contribuir novamente para o desenvolvimento do Brasil” (133). As transformações políticas surpreendentes de Hugo Abreu e Albuquerque Lima, ironicamente baseadas em um componente, ainda que muito heterogêneo, fundamental da *linha dura*, enfatizam a veracidade dessa previsão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, Hugo de Andrade (1979) *O Outro Lado do Poder*. Rio de Janeiro, Brazil: Editora Nova Fronteira.

_____. (1980) *Tempo de Crise*. Rio de Janeiro, Brazil: Editora Nova Fronteira.

Alves, Francisco César Ferraz (1999) “Vozes dos quartéis” (Book Review). *Revista de Sociologia e Política*, no. 12 (June), pp. 173-176.

Anderson, Robin L. (1978) “Brazil’s military regime under fire.” *Current History*, 74, pp.61-65 and p. 87.

Bacchus, Wilfred A. (1985) “Long-Term military rulership in Brazil: ideologic consensus and dissensus, 1963-1983.” *Journal of Political and Military Sociology*, 13 (Spring), pp.99-123.

Black, Jan Knippers (2009) *A penetração dos Estados Unidos no Brasil*. Trans Sérgio de Queiroz Duarte. Recife: Fundação Joaquim Nabuco.

_____. (1980) “The military and political decompression in brazil.” *Armed Forces and Society*, 6 (Summer), pp. 625-38.

_____. (1977) *United States Penetration of Brazil*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

Bruneau, Thomas C. and Philippe Faucher (1981) *Authoritarian Capitalism: Brazil's Contemporary Economic and Political Development*. Boulder, Colorado: Westview Press.

Burns, E. Bradford (1968) *Nationalism in Brazil*. New York: Frederick A. Praeger.

Carrilho, Kleber (2003) "A indicação e a posse do presidente Médici na Revista Manchete". *1º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho; Mídia Brasileira; 2 Séculos de História*: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/1o-encontro-2003-1/a%20indicacao%20e%20a%20posse%20do%20presidente%20na%20revista%20manchete.doc> , accessed September 1, 2014.

Castro, Celso (2002) "The Military and Politics in Brazil, 1964-2000." In: *Political Armies; The Military and Nation Building in the Age of Democracy*, eds. Kees Koonings and Dirk Kruijt. London and New York: Zed Books, pp. 90-110.

Chirio, Maud (2010) "A 'primeira linha dura' do regime militar" trajetórias de oficiais do Exército nos anos 60 e 70". *Militares e Política*, No. 6 (Jan-June), pp. 34-49.

Christian Science Monitor (1977), 14 October.

Codato, Adriano Nervo (2005) "Uma história política da transição brasileira: Da ditadura militar à democracia". *Revista da Sociologia e Política* (Nov), pp. 83-106.

Coelho, Edmundo Campos (1976) *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

Collier, David, ed. (1979) *The New Authoritarianism in Latin America*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

Costa, Cléria Botêlho da (2013a) "Memória autobiográfica: Um relato sensível da vida do outro". *Revista de História e Estudos Culturais*, Vol. 10, No. 1 (June): http://www.revistafenix.pro.br/PDF31/ARTIGO_8_SECAO_LIVRE_CLERIA_BOTELHO_FENIX_JAN_JUL_2013.pdf , accessed Sept. 1, 2014.

_____. (2013b) "DINA: Um guerrilheira na ditadura. Brasil 1970-1975". *Naveg@merica*, No. 11: <http://digitum.um.es/xmlui/bitstream/10201/38672/1/Dina,%20una%20dictadura%20guerrillera.pdf> , accessed Sept. 1, 2014.

D'Araujo, Maria Celina and Celso Castro, eds. (1977) *Ernesto Geisel*. Interviews. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Davis, Shelton H. (1977) *Victims of the Miracle; Development and the Indians of Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press.

Del Vecchio, Angelo (2006) “Um paradoxo do regime militar brasileiro: Teror do Estado e processo de distensão política no governo Médici.” In: *O Golpe de 1964 e o Regime Militar*, ed. João Roberto Martins Filho. São Carlos: EdUFSCar, pp. 129-142.

Druckman, Daniel and Elaine Vaurio (1983) “Regimes and selection of political and military leaders; Brazilian cabinet ministers and generals.” *Journal of Political and Military Sociology*, 11 (Fall), pp.301-324.

Dulles, John W. F. (1996) *Carlos Lacerda, Brazilian Crusader, Volume Two: The Years 1960-1977*. Austin: University of Texas Press.

_____. (1978) *Castello Branco; The Making of a Brazilian President*. Forward by Roberto de Oliveira Campos. College Station: Texas A & M University Press.

_____. (1970) *Unrest in Brazil; Political-Military Crises 1955-1964*. College Station: Texas A & M University Press.

Einaudi, Luigi R. and Alfred C. Stepan (1971) *Latin American Institutional Development: Changing Military Perspectives in Peru and Brazil*. Santa Monica, California: Rand Corporation.

Evans, Peter (1974) “The Military, the multinationals and the ‘miracle’: the political economy of the ‘Brazilian model’ of development.” *Studies in Comparative International Development*, 9 (No. 3), pp.26-45.

Fernandes, Fabricio Flores (2014) *As estratégias discursivas de perpetradores; Reflexões sobre a ditadura militar brasileira*”. *Contra Corrente*: <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/contracorrente/article/viewFile/178/197> , accessed Sept. 1, 2014.

Fico, Carlos (2004) “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.” *Revista Brasileira de História*, Vol. 24, No. 47, pp. 29-60.

Financial Times (1978) 4 October.

Flynn, Peter (1979) *Brazil: A Political Analysis*. Boulder, Colorado: Westview Press.

Fon, Antonio Carlos (1979) *Tortura: A História da Repressão Política no Brasil*. São Paulo, Brazil: Global Editora.

Furtado, Celso (1984) “Rescuing Brazil, reversing recession.” *Third World Quarterly*, 6 (July), pp. 604-623.

Gall, Norman (1978) “In the name of democracy: Brazil’s presidential succession.” *American Universities Field Staff Reports. South American Series*, No. 3, pp. 1-12.

Gaspari, Elio (2002A) *A Ditadura Envergonhada*. S. Paulo: Companhia das Letras, Editora Schwarcz Ltda.

_____. (2002B) *A Ditadura Escancarada*. S. Paulo: Companhia das Letras, Editora Schwarcz Ltda.

Kinzo, Maria D' Alva G. (2001) "A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição." *S. Paulo em Perspectiva*, 15, No. 4 (October/December), pp. 3-12.

Klein, Lúcia and Marcus Figueiredo (1978) *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense Universitário.

Koonings, Kees (2010) "O 'exército político' brasileiro: Faccionalismo militar e a dinâmica do regime de 1964-1985". Trans. Sérgio Lamarão. *Militares e Política*, No. 6 (Jan.-June), pp. 7-33.

Latin America Newsletters, London (1968) *Latin America* (11/22, 12/6).

_____. (1969) *Latin America* (1/31, 10/3, 12/5).

_____. (1970) *Latin America* (3/6).

_____. (1973) *Latin America* (9/14).

_____. (1979) *Latin America Weekly Report* (12/21).

Los Angeles Times (1977) 13 October.

Linz, Juan (1973) "The Future of an Authoritarian Situation or the Institutionalization of an Authoritarian Regime: The Case of Brazil." In: *Authoritarian Brazil; Origins, Policies, Future*, ed. by Alfred Stepan. New Haven and London: Yale University Press), pp. 233-256.

_____. (1970) "An authoritarian regime: Spain." Pp. 251-83 in Erik Allardt and Stein Rokkan (eds.), *Mass Politics: Studies in Political Sociology*. New York: Free Press.

Lira Neto, João de (2004) *Castello: A marcha para a ditadura*. São Paulo: Editora Contexto.

Manchete (1964) 8 August.

Markoff, John and Silvio R. Duncan Baretta (1985) "Professional ideology and military activism in Brazil; critique of a thesis of Alfred Stepan." *Comparative Politics*, 17 (January), pp.175-191.

Martins Filho, João Roberto (2006) *O Golpe de 1964 e o Regime Militar; novas perspectivas*. São Carlos, Brasil: EduFSCar.

_____. (2004) “A ditadura revisitada: unidade ou desunião?” In: *O golpe e a ditadura military; 40 anos depois (1964-2004)*, eds Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti and Rodrigo Patto Sá Motta. Sao Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração, pp. 125-140.

_____. (nd) “A Educação dos Golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964”: www2.ufscar.br/uploads/forumgolpistas.doc, accessed August 12, 2014.

Mathias, Suzeley Kalil (2001) “O clientelismo do governo military nas comunicações”. *Comunicação e Política*, V. X, No. 1, pp. 119-129.

_____. (1997) “A História para Geisel” (Book Review). *Estudos Históricas*, No. 20, pp. 368-372.

Meira Mattos, Darlos de (1975) *Brasil; Geopolítica e destino*. 2nd Edition. Livraria José Olympio Editora.

Mendes, Candido (1980) “The post-1964 Brazilian regime: outward redemocratization and inner institutionalization.” *Government and Opposition*, 15 (Winter), pp. 48-74.

Miguel, Luis Felipe (2002) “Segurança e desenvolvimento: Peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil.” *Diálogos Latinamericanos*, No. 005, pp. 40-56.

Monteiro, Tiago Francisco (2013) “As prepostas de defesa da democracia apresentadas pelas facções castrenses do Exército brasileiro entre a Transição Política e a Nova República (1974-89).” *Aedos*, 5, No. 13 (August/December), pp. 80-101.

New York Times (1971) 19 March.

_____. (1977) 13 October.

_____. (1980) 27 December.

O Cruzeiro (1964) 12 September.

O’Donnell, Guillermo A. (1973) *Modernization and Bureaucratic Authoritarianism*. Berkeley: Institute of International Studies, University of California Press.

_____. (1979) “Tensions in the bureaucratic-authoritarian state and the question of democracy.” Pp. 285-318 in David Collier (ed.), *The New Authoritarianism in Latin America*. New Jersey: Princeton Univ. Press.

Oliveira, Eliezer Rizzo de (1976) *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis, Brazil: Vozes.

Rocha, Antônio Jorge Ramalho da (2011) *Militares e Política no Brasil*. Texto para discussão. Brasília: IPEA: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1166/1/td_1670.pdf , accessed Sept. 1, 2014.

Roett, Riordan (1972) *Brazil: Politics in a Patrimonial Society*. Boston: Allyn and Bacon.

Sader, Eder (1982) *Um Rumor de Botas (Ensaio sobre a Militarização do Estado na América Latina)*. São Paulo, Brazil: Editora Polis.

Santos, Wanderlay Guilherme dos (1978) *Poder e Política; Crônica do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária

Sarles, Margaret J. (1982) "Maintaining political control through parties: the Brazilian strategy." *Comparative Politics*, 15 (October), pp. 41-68.

Schmitter, Philippe (1971) *Interest Conflict and Political Change in Brazil*. Stanford, California: Stanford University Press.

_____. (1973) "The 'Portugalization' of Brazil?" Pp. 179-232 in Alfred Stepan (ed.), *Authoritarian Brazil*. New Haven: Yale University Press.

Schneider, Ronald M. (1991) "Order and Progress;" *A Political History of Brazil*. Boulder, Colorado: Westview Press.

_____. (1971) *The Political System of Brazil: Emergence of a "Modernizing" Authoritarian Regime, 1964-1970*. New York: Columbia Univ. Press.

Sigmund, Paul E., ed. (1970) *Models of Political Change in Latin America*. New York: Praeger.

Skidmore, Thomas E. (1989) "Brazil's Slow Road to Democratization, 1974-1985." In: *Democratizing Brazil; Problems of Transition and Consolidation*, ed. Alfred Stepan. New York, Oxford: Oxford University Press.

Soares, Samuel Alves and Suzeley Kalil Mathias (2001-2002) "Forças Armadas, orçamento e autonomia militar". *Perspectivas*, Nos. 24-25, pp. 85-113.

Sodre, Nelson Werneck (1968) *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Brazil: Editora Civilização Brasileira.

Stepan, Alfred (1971) *The Military in Politics; Changing Patterns in Brazil*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

_____. (1988) *Rethinking Military Politics*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

Zirker, Daniel G., "Civilianization and Authoritarian Nationalism in Brazil: Ideological Opposition within a Military Dictatorship," *Journal of Political and Military Sociology*, Vol. 14, No. 2 (Fall 1986), pp. 263-276.